

## PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS

Vanessa Ramos Ramires  
(PPGE/FAED/UFGD)

Email: [vanessaramosramires@yahoo.com.br](mailto:vanessaramosramires@yahoo.com.br)

Cristina Fátima Pires Ávila Santana  
(PPGE/FAED/UFGD)

Email: [crispires\\_rcn@hotmail.com](mailto:crispires_rcn@hotmail.com)

**Resumo:** Pretendemos, neste trabalho, de maneira sumária, apontar a situação educacional brasileira frente aos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com vista a responder às seguintes perguntas: como o Brasil figura em relação aos países da OCDE sob o ponto de vista educacional? Nesse contexto, questionamos como se apresenta a situação do professor referente à formação e à valorização? Para tanto, partimos do Relatório denominado “Panorama da Educação” (edição 2008 e 2009), correlacionado a estudos do contexto nacional e latino-americano. Objetivamos ainda ressaltar pesquisas de fatores associados ao desempenho escolar, em nível internacional e nacional, com a finalidade de reorientar políticas públicas voltadas para a educação. Para isso, descrevemos a situação do sistema educacional brasileiro em perspectiva comparada, iluminada por estudos dos países que compõem o *corpus* da OCDE. O texto reforça, assim, a importância e a viabilidade de se articular a autonomia do sistema escolar brasileiro com a inventividade necessária para que se elaborem medidas contextualizadas e direcionadas aos reais problemas que assolam nosso universo. Verificamos que muito se conquistou, no entanto, o caminho é longo e cheio de obstáculos, avancemos nas águas mais profundas!

**Palavras-chave:** políticas educacionais; educação básica; efetivação do direito à educação.

**Abstract:** It is intended, in a summary way, pointing out the educational situation in Brazil compared to the OCDE countries in order to answer the following questions: How Brazil figures in relation to the countries of the Organization for Cooperation and Economic Development (OCED) from the educational point of view?, In this context, how the situation regarding teacher training and recovery is presented? Therefore, it is based on the report entitled "Overview of Education (2008 and 2009 editions), correlating with studies of the national and Latin American context. It also aims to emphasize researches on factors associated with school performance in national and international level in order to redirect public politics for education. Therefore, it is described the situation of Brazilian educational system in comparative perspective, illuminated by studies of the countries that comprise the *corpus* of the OCED. The text, thus, reinforces the importance and viability of articulating the autonomy of the Brazilian school system with the ingenuity needed to develop measures that



are contextualized and directed to the real problems that plague our world. Much has been achieved, however, the road is long and full of obstacles, let us go in deeper water!

**Keywords:** Education policies, basic education, ensuring the right to education

## 1. Introdução

Este trabalho pretende, de maneira sumária, apontar a situação educacional brasileira frente aos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com vista a responder às seguintes perguntas: como o Brasil figura em relação aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sob o ponto de vista educacional? Nesse contexto, como se apresenta a situação do professor referente à formação e a valorização? Para responder a tais questões, utilizamo-nos de dados do Relatório denominado “Panorama da Educação” (edição 2008 e 2009), correlacionado a estudos do contexto nacional e latino-americano. Objetivamos também ressaltar pesquisas de fatores associados ao desempenho escolar, em nível internacional e nacional, cujo foco central é o de reorientar políticas públicas voltadas para a educação.

Apresentamos ainda os avanços e os limites, posicionando o Brasil frente a países que apresentam um sistema educacional mais consolidado e com pesquisas mais amadurecidas. Descrevemos a situação do sistema educacional brasileiro em perspectiva comparada, a partir de estudos dos países que compõem o *corpus* da OCDE. O texto reforça, assim, a importância e a viabilidade de se articular a autonomia do sistema escolar brasileiro com a inventividade necessária para que se elaborem medidas contextualizadas e direcionadas aos reais problemas que assolam nosso universo educacional, tendo em vista a efetivação do direito à educação para todos. Percebemos que muito se conquistou nas últimas décadas, no entanto, grandes problemas se instalam exigindo novos desafios e novas responsabilidades. O caminho é longo e cheio de obstáculos, avancemos em águas mais profundas!

## 2. O Relatório “Panorama da Educação” (*Education At A Glance*) 2008 e 2009: considerações gerais



Embora não pertença à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE<sup>1</sup>), desde 1996, o Brasil faz parte do projeto INES<sup>2</sup> (Indicadores dos Sistemas Educacionais), que possui como finalidade principal produzir indicadores educacionais internacionalmente confiáveis, por meio do cruzamento de diferentes dados.

Dentre as publicações do INES, o “Panorama da Educação” (*Education At A Glance*) é uma de suas produções anuais, que atua sob diversos temas, como: o investimento financeiro, o acesso à educação, a organização das escolas, o contexto de aprendizagem e os benefícios econômicos da educação, tanto no nível da educação básica como do ensino superior.

Esse estudo lançou mão das publicações de 2008 e 2009, que tiveram como países participantes, além do Brasil, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia, Chile, Federação Russa, Israel, Estônia e Eslovênia. Tais países disponibilizaram seus dados através do preenchimento de planilhas e questionários encaminhados pela OCDE.

No caso brasileiro, o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) é o órgão responsável por prover os dados, levando em consideração as informações do Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior, assim como resultados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A proposta da pesquisa em análise é desenvolver indicadores úteis aos países membros da OCDE e aos países parceiros, disponibilizando informações capazes de subsidiar novos

---

<sup>1</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. Foi criada depois da Segunda Guerra Mundial com o nome de Organização para a Cooperação Econômica Europeia. Em 1961, converteu-se no que hoje se conhece como a OCDE, com atuação transatlântica e depois mundial.

<sup>2</sup> Como exemplos de pesquisas internacionais provenientes de resultados do INES citaram: a Talis (Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem) e o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).



projetos educacionais e/ou aperfeiçoar os existentes. Desse modo, os resultados provenientes do “Panorama da Educação” contribuem na análise e no direcionamento dos intentos no campo da política educacional, numa visão comparada internacionalmente.

Em consonância com a Classificação Padronizada da Educação de 1997 (ISCED 97), são sete níveis/modalidades educacionais. Correspondendo ao sistema brasileiro, temos:

<b>Tabela 1 - Correspondência entre os níveis educacionais do ISCED 97 e o Sistema Educacional Brasileiro (2004) Níveis do ISCED 97</b>	<b>Sistema Educacional Brasileiro (2004)</b>
<b>ISCED 0</b> ( <i>Pré-primary level of education</i> ) (Educação Pré-primária)	<b>Creche e Pré-escola</b> (estudantes com três anos ou mais)
<b>ISCED 1</b> ( <i>Primary level of education</i> ) (Educação Primária)	<b>Ensino fundamental de 1ª a 4ª série ou equivalente</b>
<b>ISCED 2</b> ( <i>Lower secondary level of education</i> ) (1º nível da educação secundária)	<b>Ensino fundamental de 5ª a 8ª série ou equivalente</b>
<b>ISCED 3</b> ( <i>Upper secondary level of education</i> ) (2º nível da educação secundária)	<b>Ensino médio</b>
<b>ISCED 4</b> ( <i>Post-secondary non-tertiary</i> ) (Pós-secundário não-terciário)	( <i>Não se aplica ao Brasil</i> )
<b>ISCED 5</b> ( <i>First stage of tertiary education</i> ) (Primeiro estágio da educação terciária)	Educação terciária tipo B ( <b>Educação Superior em Tecnologia</b> )
	Educação terciária tipo A ( <b>demais cursos de graduação</b> ; excluindo-se os cursos sequenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> ).
<b>ISCED 6</b> ( <i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i> ) – <i>doctoral and pos-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado.	Pós-graduação ( <i>stricto sensu</i> ): <b>mestrado, mestrado profissional e doutorado</b> . <u>Observação:</u> o curso de mestrado, na maioria dos países, é considerado um estágio mais avançado do ISCED 5A.

Fonte: Resumo técnico em português da pesquisa Panorama da Educação, edição 2008.

Ao compararmos os níveis de ensino dos países da OCDE com o do Brasil, percebemos que nos países da OCDE acrescenta-se um nível a mais, que corresponde à organização de etapa preparatória anterior à educação terciária, ou ensino superior, no Brasil. Nestes países, a duração da escolarização é maior do que no Brasil.

### 3. Educação Básica



Indicadores que retratam a educação básica apresentam que a média de permanência dos alunos neste nível para o Brasil é inferior aos países da OCDE, 10 e 12 anos, respectivamente (OCDE, 2008).

Embora com maior número de dias letivos que a média dos países da OCDE (200 contra 187 dias), o Brasil apresenta menos da metade de horas aula se comparado aos demais países, 800 diante de 1.662 horas (OCDE, 2008).

Aqui, apesar de apresentar aumento no número de indivíduos que concluíram a segunda etapa da educação básica (Ensino Médio - EM), continuamos abaixo da média dos países da OCDE. Apenas 38% da população entre 25 e 34 anos concluíram o EM, o que significa quase metade do valor dos países da OCDE, que é de 78%. Em quase metade dos países da OCDE, a maioria dos alunos do EM estão matriculados em cursos vocacionais, realidade bastante destoante da brasileira, uma vez que possuímos somente 4% dos nossos alunos matriculados em cursos técnicos.

Na maioria dos países da OCDE, as taxas de conclusão da educação secundária realizada pela primeira vez são superiores a 70%, enquanto que no Brasil o percentual é de 47%. Além disso, para os jovens brasileiros da faixa etária de 15 a 17 anos de idade, que estão cursando o ensino médio, repetem-se os problemas de fluxo escolar, o que acarreta defasagem nas taxas de conclusão.

Com relação aos gastos do PIB com a educação, o Brasil apresenta índices inferiores aos países da OCDE no tocante à educação básica, no entanto, seu investimento é maior quando se trata do ensino superior, vejamos:

<b>Quadro 1 - Gastos com a Educação/2008</b>			
A média de gastos do PIB dos países da OCDE com a educação:		A média de gastos do PIB com a educação no Brasil:	
<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
SI e SF→ 87.720 USD	USD 93.775	SI e SF→ 13.834 USD	USD 16.844 (por estudante)
SI→ 21% do PIB <i>per capita</i>	20%	SI→ 15% do PIB <i>per capita</i>	17%
SF→ 26% do PIB <i>per capita</i>	25%	SF→ 15% do PIB <i>per capita</i>	16%
ES→ 40% do PIB <i>per capita</i>	40%	ES→ 108% do PIB <i>per capita</i>	109%
ES→ 15.559 USD	USD 12.336 (Por	ES→ 9.994 USD	USD 10.294 (por



	estudante)		estudante)
	Os países da OCDE gastam, em média, duas vezes mais em instituições educacionais por aluno no nível terciário do que no nível primário.		O país gasta 6,5 vezes mais em instituições educacionais por aluno no nível terciário do que no nível primário.
Educação completa Básica	USD 93.775 por aluno	Educação completa Básica	USD 16.844 por aluno.

Fonte: Resumo técnico em português da Pesquisa Panorama da Educação, publicação de 2008.

Por outro lado, segundo percentuais apresentados no Relatório Executivo da Pesquisa Panorama da Educação (2009), entre 2000 e 2006, os gastos em todos os níveis educacionais aumentaram, sobretudo, no ensino primário e secundário, que no Brasil sofreu aumento de 71% (contra 21% dos países da OCDE). Assim figura entre aqueles que obtiveram maior crescimento na proporção dos gastos em educação (OCDE, 2009).

Comparado aos demais países da OCDE, o Brasil possui a média de idade de conclusão do ensino obrigatório (ensino fundamental) de 14 anos. Essa faixa etária está abaixo da maioria dos países que vai de 14 a 18 anos. Também a matrícula da educação secundária apresentou queda gradual nos últimos anos, pois cerca de 25% da população, entre 15 e 19 anos, está fora da escola. Infelizmente, seguimos a tendência dos demais países.

Sob o viés do público e do privado, o Brasil apresenta predomínio da educação básica no setor público. Por outro lado, o ensino superior se apresenta intensamente no setor privado, alargado pelos cursos em instituições de ensino superior particulares.

No Brasil, o tamanho das turmas do Ensino Fundamental e Médio é superior à média dos países da OCDE. Contudo, o número médio de alunos por turma está diminuindo. Entre 2000 e 2007, houve uma redução no tamanho das turmas. Assim, o Brasil figura entre os países com maiores diferenças no quantitativo de alunos na rede pública e privada, onde no 1º ciclo da educação secundária há, pelo menos, 11 alunos a mais por professor nas instituições públicas. Nos países da OCDE, cada professor da educação primária tem em média 16 alunos, enquanto no Brasil são cerca de 25 alunos por professor.

Em se tratando da empregabilidade, por gênero e grau de escolaridade, a população brasileira de 25 a 64 anos possui taxas de emprego de 87% para homens e 58% para as mulheres que concluíram a educação secundária completa (EM). Para os que concluíram a educação terciária, as taxas de emprego são de 91% para os homens e 82% para as mulheres.



A diferença nas taxas de emprego, no Brasil, entre os homens de 25 a 64 anos com e sem a educação secundária concluída, é de 4 pontos percentuais. Essa tendência é, também, seguida pela Islândia, México e Portugal (OCDE, 2009).

### 3.1 Ensino Superior

Com relação aos concluintes do Ensino Superior–ES, na faixa etária de 25 a 34 anos, o Brasil apresenta índices inferiores aos países da OCDE, 10% e 28%, respectivamente (OCDE, 2009). Aqui, apenas 9% da população de 35 a 44 anos, e 4% de 55 a 64 anos concluíram o ensino terciário (OCDE, 2008). Dados de 2009 confirmam que, em nosso país, pessoas com o ensino superior completo têm um aumento substancial no seu salário, quando comparado a pessoas que não possuem o ensino médio completo.

Dados publicados em 2008 demonstraram que o Brasil gastava 11,1% com ajuda financeira (bolsas de estudos e empréstimos educacionais) do setor público para os estudantes do setor privado na educação terciária (Ensino Superior – ES) frente a 17,3% dos países da OCDE. Em 2009, nossos índices permaneceram inferiores, com 7,7% para o Brasil, e 18,4% para os demais países.

Para a educação superior no Brasil, os subsídios públicos para as famílias e outras entidades privadas como uma porcentagem do gasto público total em educação em relação ao PIB foi de 12,1%, diante de 17,6% dos países em comparação.

Dados de 2008 apontam que cerca de 94% dos cidadãos brasileiros que estudam no exterior estão em países da OCDE. Os principais destinos escolhidos são: Estados Unidos, França, Espanha, Alemanha e Portugal. Neste último, os brasileiros representam a maior comunidade de estudantes, compondo uma parcela de 11% (OCDE, 2008).

No Brasil, as mulheres que concluem o Ensino Médio aumentam sua empregabilidade em 15 pontos percentuais, e com a educação superior completa aumentam em quase 30 pontos percentuais se compararmos com aquelas que não a concluíram. Na maioria dos países da OCDE, para as mulheres, a conclusão da educação secundária aumenta a empregabilidade em 19 pontos percentuais, e da educação terciária, em quase 32 pontos percentuais, se compararmos com aquelas que não concluíram a educação secundária (OCDE, 2009). Neste quesito, o Brasil não apresenta dados tão distantes dos demais países.





#### 4. A situação do professor nesse contexto

A partir de resultados da Pesquisa Talis<sup>3</sup> (*Teaching and Learning International Survey*) – a qual, pela primeira vez, levantou dados sobre o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho docente, visando contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas mais direcionadas na área – constatamos que, apesar de haver predominância da perspectiva construtivista no ensino brasileiro, essa tendência é menor do que na maioria dos países participantes da pesquisa Talis, como também se prefere práticas estruturadas, seguindo o padrão internacional. Conforme a pesquisa Talis, os professores brasileiros são os que mais perdem tempo de ensino com a manutenção da ordem na classe. A maioria não consegue alcançar a organização e o clima necessários para o desenvolvimento do ensino, de forma eficaz.

O Brasil segue o padrão dos países participantes da pesquisa Talis no que se refere à avaliação e *feedback*. Apenas 8,2% (demais países com menos de 10%) dos professores têm sua avaliação ligada a alguma mudança salarial, somente 5,5% conseguem algum tipo de gratificação financeira e 25,6% (demais países com 16,2%) obtêm uma possibilidade de avanço na carreira. No Brasil, 55,4% (demais países com menos de 50%) dos professores trabalham em escolas que têm o orçamento ligado a resultados da avaliação.

Segundo o INEP (2009), no ensino fundamental, as diferenças entre os professores dos anos iniciais e os dos anos finais são relevantes. Cerca de 70% dos professores dos anos iniciais atuam em apenas uma turma e são multidisciplinares (73%), enquanto 43% dos professores dos anos finais atuam em mais de cinco turmas, porém com uma única disciplina (60%). Os professores dos anos finais do ensino fundamental, embora ministrem um número menor de disciplinas, possuem um número maior de turmas, cerca de 16,0% atuam em três turmas e mais de 13%, em mais de 10 turmas. Aproximadamente 30% lecionam mais de uma disciplina. No que se refere à formação, aproximadamente 13% dos professores dos anos

---

<sup>3</sup> A TALIS foi uma pesquisa sobre ensino e aprendizagem realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que também integra o Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais (INES), coordenado, em nível nacional, pelo INEP.





iniciais não possuem formação adequada, sendo maior nos anos finais, com mais de 26%. Com relação ao ensino médio, grande parte dos professores atua em mais de cinco turmas chegando ao percentual de 49,8%.

## 5. Avaliação de rendimento escolar e fatores associados: perspectivas sobre o desempenho de professores

O objetivo principal dessas pesquisas refere-se à avaliação e ao acompanhamento dos processos empreendidos para o alcance da qualidade da educação. Fornece aos Estados (países investigados) comparações internacionais que possibilitam aos governos informações no sentido de apresentar subsídios efetivos para a formulação, reformulação e implementação de políticas públicas efetivas, capazes de melhorar os indicadores econômicos e sociais, e ainda promover eficiência e eficácia do/no ensino e contribuir na mobilização de recursos para demandas crescentes.

Sendo assim, algumas considerações advindas de outros estudos do contexto latino-americano e brasileiro servem para iluminar reflexões. São estudos não só sobre o desempenho dos alunos como também acerca de fatores associados a este desempenho, com a finalidade de reorientar políticas públicas voltadas para a educação.

Essas expectativas se colocam, sem dúvida, também sobre o desempenho dos professores, principalmente no sentido de os alunos obterem melhores resultados nos exames. Procura-se, assim, “não só estabelecer a eficiência e eficácia dos sistemas, bem como avaliar, indiretamente, o êxito do professor” (VIANNA, 2003, p. 46).

Com o título de “A escola e a desigualdade”, Juan Casassus publicou um estudo, em 2008, buscando responder ao seguinte questionamento: o que é preciso fazer para melhorar a qualidade e diminuir a desigualdade na educação? Sob uma perspectiva qualitativa e sociológica, utilizando-se de dados da Pesquisa Peic (Primeiro Estudo Internacional Comparativo em Linguagem, Matemática e Fatores Associados para Alunos de Terceira e Quarta Séries do Ensino Fundamental) explorou os processos que produzem desigualdade no sucesso escolar e como a produzem. Dentre os 14 países da América Latina, o Brasil também fez parte da pesquisa.

Em contrapartida à grande pobreza e desigualdade na distribuição de renda que caracteriza a dinâmica socioeconômica latina, o estudo demonstra que, com relação ao papel



que a escola exerce no desempenho dos alunos, há duas considerações que merecem ser acentuadas. A primeira é que apesar de as escolas da América Latina refletirem as desigualdades produzidas fora dela têm a capacidade de reduzi-las, “isto permite concluir que na América Latina a escola faz sim uma diferença no que se refere à redução do impacto da desigualdade que se observa na sociedade”. (CASASSUS, 2008, p. 140). A segunda consideração é que o impacto dos fatores intraescolares é maior do que os extra-escolares, de modo que os acontecimentos dentro da escola atenuam o impacto do contexto.

Casassus (2008) aponta que fatores de desigualdade interferem na aprendizagem dos alunos, como os meios sociais de origem, as relações entre professores e estudantes e o ambiente emocional da/na escola. Assim, tanto aspectos do contexto sociocultural-econômico quanto os intraescolares interagem no desempenho dos alunos. No entanto, alerta para a importância dos processos produzidos pelas escolas, pois dependendo deles pode-se contribuir, consideravelmente, para uma maior igualdade social. Em suas palavras:

[...] grande parte da população, da América Latina, permanece na pobreza. [...] a persistente desigualdade de renda repercute fortemente nas outras desigualdades sociais, entre as quais se encontra a desigualdade na educação. Essa desigualdade, por sua vez, repercute na desigualdade de renda, pois faz com que os grupos que estão em melhor posição possam ter melhores oportunidades que os grupos desfavorecidos, gerando um círculo vicioso que tende a aumentar as desigualdades. (CASASSUS, 2007, p. 25-26).

Dessa forma, compreende que não só a distribuição de renda e da riqueza do país determina o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na escola, como a conduta e a interatividade dos professores e das escolas nos processos de ensino.

Em consonância com resultados do PISA, a PEIC demonstrou que os países da região latina apresentam grandes deficiências no desenvolvimento das competências comunicacionais e na resolução de problemas simples de matemática. O alto custo de uma escola não é mais importante que a sua organização e gestão, foi outro aspecto registrado. A boa escola depende da maneira como os diversos atores se inter-relacionam.

Neste aspecto, Castro (1998), ao realizar análises sobre os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), salienta que os resultados dos processos pedagógicos não dependem somente dos recursos materiais ou da qualificação docente. O que parece



existir é uma “matriz organizacional”<sup>4</sup> da escola que favorece ou não a concretização dos resultados pedagógicos. Para a autora, os dados apontam que os processos internos da escola determinam os modos, os limites e as possibilidades de transformação. Nas palavras de Castro (1998), essa matriz se destaca quando:

A organização da escola [...] aponta [...] com clareza para professores, alunos e pais, por meio da construção de um projeto pedagógico singular, os propósitos da escola, a caracterização científica e metodologia do trabalho dos professores, as expectativas positivas em relação aos alunos, o tempo dedicado ao processo de ensino aprendizagem, o acompanhamento do progresso dos alunos, o planejamento de estratégias pedagógicas para superar dificuldades [...]. (CASTRO, 1998, p. 37).

No tocante à formação de professores, as análises sobre os resultados do SAEB (1995) revelam que o nível de formação do professor é considerado fator diferencial no rendimento do aluno. O relatório demonstra que há uma estreita associação entre a qualificação do professor e o melhor desempenho do aluno. Corrobora-se, portanto, estes aspectos como evidências que parecem estar relacionadas ao bom desempenho dos alunos.

Embora recente, o estudo intitulado “Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias”, organizado pelo Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais, da Faculdade de Educação da UFMG, sinaliza que são diversos e controversos os posicionamentos sobre o efeito-escola e sobre as especificidades da escola eficaz. Expressa, de forma clara e organizada, como os estudos de fatores associados ao desempenho escolar se apresentam no contexto internacional, influenciando sobremaneira as políticas públicas em educação, especialmente na América Latina.

Uma das pesquisas aduzidas refere-se aos estudos de Torrecilla (2008). Ao analisar pesquisas em eficácia escolar,<sup>5</sup> realizadas na América Ibérica, o autor retrata que a maioria delas aponta os fatores escolares, os da sala de aula e os associados ao pessoal docente como

---

<sup>4</sup> Os aspectos que se destacam na composição dessa matriz são a autonomia escolar, a qualidade do trabalho docente, a responsabilidade e o compromisso com a aprendizagem do aluno, as expectativas de sucesso escolar, o planejamento coletivo e as relações colegiadas, o poder de articulação das famílias e a capacitação e a formação de recursos humanos. (CASTRO, 1998).

<sup>5</sup> Por eficácia escolar entende-se o quanto um dado estabelecimento de ensino, pelas suas políticas e práticas internas, acrescenta ao aprendizado do aluno. Enfatiza-se a ideia de análise sobre os resultados de cada escola, identificando também os fatores associados que podem ter influenciado no desempenho dos alunos.



os principais fatores da eficácia escolar no contexto ibero-americano. E mais, destacam-se os recursos humanos e materiais, a qualidade do docente e de suas condições para desempenhar seu trabalho como elementos primordiais e próprios do nosso contexto.

Na mesma linha, o estudo denominado “A pesquisa em eficácia escolar no Brasil”, realizado por Maria Tereza Alves e Creso Franco (2008), realiza uma revisão de estudos sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar no universo brasileiro. Assim como evidenciada por Casassus (2007), este estudo aponta que no Brasil há diferença entre as escolas, mas que a diferença entre os alunos é mais marcante, assim como a diferença entre uma turma e outra dentro da mesma escola. Também, o ensino de matemática na 8ª série (EF) varia muito por Unidade de Federação.

Creso *et al* (2007) debruçaram-se na investigação de características escolares promotoras de eficácia escolar; como também no tema da equidade intraescolar; e na identificação e avaliação do efeito sobre a equidade de características escolares associadas simultaneamente à eficácia escolar e ao aumento das desigualdades dentro das unidades escolares. Ao revisarem pesquisas empíricas brasileiras sobre o tema, concluíram que a maioria dos estudos pesquisados ressalta a importância da escola e dos insumos para o bom desempenho dos alunos. No entanto, no que se refere à categoria “formação e salário docente” há uma pequena discordância entre os pesquisadores, uma vez que as análises

reportaram efeito positivo sobre a eficácia escolar para a variável nível de formação docente, em estudo baseado em dados do Saeb 1999 [...] os autores reportaram também efeito positivo para a variável ‘salário do professor’, mas ambas as variáveis perdiam significância estatística se incluídas conjuntamente no mesmo modelo, *resultado que sugere a existência de alta correlação entre nível de formação e salário de professores*. (FRANCO, 2007, p. 283) (grifo nosso).

Em suma, os estudos longitudinais confirmam que no Brasil a escola faz diferença, pois demonstram que os alunos, com nível mais baixo, ao ingressarem na escola, progredem consideravelmente, mais do que os alunos com nível inicial mais alto, embora as diferenças de nível inicial persistam no final. (ALVES; FRANCO, 2008).

Percebemos que os referidos estudos comungam suas evidências, bem como procuram identificar as possíveis lacunas ou atrasos que devem ser atendidas de forma prioritária para



assegurar a igualdade de oportunidades e o direito à aprendizagem. Sendo assim, evidenciam novos desafios que requerem novas responsabilidades.

## Considerações Finais

Além de avaliar e comparar o desempenho do Brasil com os demais sistemas educacionais, a pesquisa “Panorama da Educação” relata as tendências mundiais, analisando os resultados individualmente (por país).

Os dados e as informações apresentados internacionalmente e complementados por pesquisas em nível nacional revelaram que a nossa educação faz a diferença. Persistem, no entanto, grandes dificuldades, num contexto em que os maiores desafios são de origem socioeconômica.

Não se deve esquecer que o Brasil passou por grandes problemas, tais como: falta de infraestrutura básica, de material didático e equipamentos para atender sua demanda, sobretudo de crianças de 7 a 14 anos. Atualmente, a questão do acesso está praticamente superada, com a inclusão de cerca de 97% nesta faixa etária; o número médio de alunos por turma está diminuindo, arrefecendo o “entupimento” das turmas, e somos um dos países que mais gasta com a Educação Superior e um dos que apresentaram maior aumento de gastos em todos os níveis educacionais. Assim, figuramos entre aqueles que obtiveram maior crescimento na proporção dos gastos em educação.

Contudo, ainda são expressivas as dificuldades dos alunos para concluir, no período adequado, as duas últimas etapas da Educação Básica, o que remete aos problemas de evasão e repetência.

Dados do Pnad (2009) afirmam os apontamentos do documento “Panorama da Educação” no que concerne ao país, uma vez que revelam que a escolaridade da população brasileira de 15 anos ou mais de idade evoluiu, de 1992 a 2009, em cerca de 0,14 atingindo a média de cerca de 7,5 anos de estudo. Entretanto foram 17 anos para ampliar em 2,3 anos a média de anos de estudo da população. Ao considerar essa taxa anual de crescimento, faltam, ainda, aproximadamente, cinco anos, em média, para atingirmos a escolaridade inicialmente prevista na Constituição Federal (ensino fundamental de 8 anos).



Para a população com mais 30 anos ou mais, saiu de 5,6 para 5,1 anos (o valor indica que esta população não atingiu nem metade da meta). Na população de 15 a 17 anos, houve uma expressiva diminuição, caiu de 4 (metade da meta) para 2,8 anos de estudo, número que se mantém praticamente o mesmo desde o ano de 2004. (PNAD, 2009).

Embora evidenciemos avanços e conquistas na ampliação do acesso e na implantação de programas de reforma e melhoria da qualidade educacional, o estudo reconhece que os resultados obtidos ainda são insuficientes. Além disso, um conjunto de carências precisa ser enfrentado, o que demanda esforços inegáveis para encontrar respostas criativas e integradas à concretização do direito à educação para todos. Em comparação aos países da OCDE, o Brasil possui indicadores abaixo da média, como vimos. A baixa escolaridade da população brasileira, o analfabetismo e a desigualdade são graves problemas que necessitam de discussões políticas e econômicas coerentes em busca de iniciativas que revertam o quadro.

No que se refere aos professores, embora aspectos como melhor qualificação e formação se evidenciam nos últimos anos, ainda há um número considerável de professores atuando sem a qualificação mínima exigida, indicando, em percentuais que variam entre 10% e quase 30%, o que aponta para a necessidade de políticas voltadas ao tema específico da formação desses professores. É relevante também o grande número de professores com mais de uma sala e com uma quantidade grande de alunos. A atuação de professores em elevado número de turmas sugere que muitos estão trabalhando em mais de uma escola, o que vai contra o estabelecido na LDB, de que o professor atue preferencialmente em uma mesma escola.

Ações, sobretudo, que partam de um contexto real, de problemas vivenciados, são mais prováveis de sucesso. O sistema de ensino, de acordo com seu arcabouço legal, delibera autonomia aos sistemas de ensino e, principalmente, às escolas. Assim, lançar mão da inventividade, pautada na autonomia legal, atribui grande possibilidade de efetividade nas medidas implementadas.

A exemplo, mencionamos medidas que servem de subsídios à elaboração e implementação de políticas educacionais, como, por exemplo, implantação de escolas em tempo integral – de forma a possibilitar aos alunos ampliarem a área de conhecimento e o universo de experiências (artísticas, culturais e esportivas), com a extensão do tempo e de permanência na educação básica, com atividades que vão além da sala de aula; projetos de



acompanhamento escolar – com rodízio de professores, em horários contratuais, com vistas a melhorar o rendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem; efetivação de políticas integrais para formação e carreira docente; formação científica e educação para as novas tecnologias; iniciativas de aproximação da comunidade escolar – com vistas à aproximar os pais e demais atores do processo educacional, com o objetivo de superação da indisciplina e de conflitos em sala de aula; ampliação do acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos aos segmentos populacionais de maior idade, objetivando a aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira.

Em suma, os estudos notam que um dos maiores desafios ensejados se refere à melhoria da qualidade da educação para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, concernente às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas em um mundo globalizado, permeado pelas nuances do nosso país.

## Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: SOARES, J. F. (Orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. (p. 482-500).

BRASIL. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2009. 65 p. : il.

CASASSUS, Juan. *A escola e a desigualdade*. 2ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, UNESCO, 2007.

CASTRO, M. H. G. Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro: Tendências e Perspectivas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

FERRARO, Alceu Ravello and MACHADO, Nádie Christina Ferreira. **Da universalização do acesso à escola no Brasil**. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.79, pp. 213-214. ISSN 0101-7330.

FRANCO, C; *et.al.* Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 277-298, abr./jun. 2007. Disponível: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br), acesso 30.09.2010.

HORTA, José Silvério Bahia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisas*. São Paulo. N. 104, p.5-34, jul. 1998.





OCDE. Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance (Panorama da Educação): OCDE Nota para o Brasil. OCDE: 2008.*

\_\_\_\_\_. Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance (Panorama da Educação): OCDE Nota para o Brasil. OCDE: 2009.*

SOARES, J. F. e BROOKE, Nigel (orgs.). *Pesquisas em eficácia escolar: origem e trajetórias.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

TORRECILLA, Francisco Javier Murillo. Um panorama da pesquisa Ibero-americana sobre a eficácia escolar. In: BROOKE, In: SOARES, J. F. (Orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. (p. 460-465).